



50

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2019

## **Morte em Coimbra. Mortalidade e atitudes perante a morte. 1750-1777**

## **Death in Coimbra. Mortality and attitudes towards death. 1750-1777**

FILIFE MIGUEL DE ANDRADE CAMPOS

Universidade de Coimbra

filipeandrade37@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9350-2290>

Texto recebido em/Text submitted on: 13/02/2019

Texto aprovado em/Text approved on: 15/04/2019

### *Resumo*

A morte em Coimbra constitui um novo olhar sobre a interpretação feita aos registos de óbito da cidade, compreendidos entre 1750 e 1777. A partir da consulta destas fontes, e da Memória Paroquial de Coimbra, de 1758, alcançámos a definição dos traços e tendências demográficas, como os ciclos e picos da mortalidade anuais. As atitudes e comportamentos perante a morte, religiosidade e assistência social que caracterizaram parte da sociedade coimbrã setecentista estiveram no centro da nossa atenção. Para isso, procurámos aferir e compreender a administração de sacramentos, a “política” de inuações, a ação da Misericórdia e irmandades e a prática testamentária em Coimbra, no reinado de D. José.

*Palavras-chave:* Morte; atitudes; Coimbra; século XVIII; sociedade.

### *Abstract*

Death in Coimbra constitutes a new look at the interpretation of death records of the city, between 1750 and 1777. From the query of these sources and the memories of the parish of Coimbra, dating 1758, it was possible to reach the definition of demographic trends, such as the cycles and peaks of the annual mortality. The attitudes and behaviors towards death, religion and social assistance that characterized part of the eighteenth-century Coimbra society were at the center of our attention. For that, it was intended to assess and understand the administration of the sacraments, the burial “politics”, the work of Mercy and brotherhood and testamentary practice in Coimbra, during the reign of king José.

*Keywords:* Death; attitudes; Coimbra; eighteenth century; society.

## Introdução

A morte sempre esteve presente no quotidiano das sociedades. E as sociedades manifestaram-se perante esta, até hoje, de várias formas. As atitudes e comportamentos que estão, atualmente, adjacentes às práticas da morte, pouco ou nada têm a ver com as que nos propomos apresentar neste estudo. A morte, que hoje é *tabu*, foi para a sociedade barroca vista como um ritual de passagem para uma vida definitiva, profundamente ligada às crenças, doutrina e rituais católicos, e enredada de aparato e presença viva<sup>1</sup>.

A investigação científica agora trazida à luz tem, pois, como fim estudar os comportamentos dos vivos perante a morte, uma vez que só o ser vivente consegue agir e, conseqüentemente, produzir atos. Os defuntos, pela sua inércia e pelo que representaram enquanto peregrinos no mundo dos homens, não provocam mais do que sentimentos e evocação de memórias nos que ficam.

Os registos de óbito são um meio imprescindível para alcançar um conhecimento mais profundo acerca do tema, auxiliando-nos fundamentalmente em questões sociais, religiosas, culturais e demográficas. Será esta a nossa principal fonte de trabalho. Estes registos acarretam indubitavelmente um fator surpresa pois a forma como se lida com a morte não é uniforme, quer do lado dos párocos quer do lado dos paroquianos. Assim, de freguesia para freguesia poderemos encontrar realidades sempre distintas, mas dificilmente discordantes.

O período selecionado para esta investigação compreende o reinado de D. José, isto é, entre os anos de 1750 e 1777. Procuraremos perceber qual é o comportamento dos habitantes da cidade de Coimbra, perante a morte, neste período, ao qual estão associadas grandes mudanças políticas, sociais, económicas e culturais que bem caracterizaram o reinado de D. José, sob a forte influência e governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Destacamos as grandes alterações ao nível da legislação testamentária que o referido governante desencadeou.

Para isto, é fundamental percebermos como era Coimbra, neste período. Por esta razão, lemos na íntegra a Memória paroquial de Coimbra de 1758. Além desta fonte, analisámos e confrontámos 2165 registos de óbito das freguesias urbanas de Coimbra, o que corresponde à totalidade dos registos pertencentes aos anos de 1750, 1755, 1760, 1765, 1770 e 1775. A análise que se

---

<sup>1</sup> Cf. Philippe Ariès, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Teorema, 2010. Cf. Michel Vovelle, *La mort et L'Occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard, 1983.

segue resulta, portanto, da aplicação duma metodologia de sondagem, pelo que não possuímos informações completas para todos os anos do período cronológico selecionado.

As freguesias estudadas tinham sob a sua alçada uma zona periférica considerável da cidade, que hoje se insere, maioritariamente, na malha urbana<sup>2</sup>. Os registos de óbito destas zonas não foram retirados da investigação. Excluídos, por omissão de fonte, estão sim os registos de óbito dos religiosos que habitavam os mosteiros, conventos e colégios da cidade.

Esta investigação procurará aferir a distribuição da população pelas freguesias de Coimbra. Contabilizaremos o número de óbitos registados nas referidas freguesias da cidade. Procederemos à determinação e explicação da evolução no decorrer da época selecionada (anos), bem como à determinação e explicação da distribuição sazonal (meses). Aqui, teremos o cuidado de cruzar os nossos dados com os disponibilizados por Teresa Rodrigues<sup>3</sup>, alcançando uma visão daquilo que seria o comportamento da mortalidade sazonal padronizado no contexto setecentista português. Procuraremos perceber qual a dimensão da mortalidade infantojuvenil, até aos doze anos.

Aferiremos como eram administrados os sacramentos e em que condições. Através da análise feita, traçaremos um comportamento padrão que define aquilo que consideramos serem as práticas de inumações na cidade, levadas a cabo pelos párocos. Procuraremos perceber o tratamento dado pelos párocos aos defuntos das diferentes ordens da sociedade coimbrã, atendendo que estamos a estudar uma sociedade que se organiza de forma hierarquizada em ordens, mas onde a ascensão social existe e constitui uma realidade<sup>4</sup>.

Dado o papel central que detinham, nesta época, as instituições de assistência social, é incontornável perceber a importância da ação das casas religiosas, Misericórdia e irmandades da cidade na assistência à morte. Atenderemos, ainda, tanto quanto nos for possível, ao destino que se dava aos que faleciam nos hospitais, nas prisões e nos recolhimentos. Finalmente, assinalaremos a

---

<sup>2</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Dicionário Geográfico de Portugal, Tomo 11, n.º 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, p. 2371-2400. Cf. José Viriato Capela, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Universidade do Minho, 2011. Cf. Mário Rui Simões Rodrigues e Margarida Sobral Neto, *Informações paroquiais e história local. A diocese de Coimbra (século XVIII)*, Coimbra, CHSC/Palimage, 2012.

<sup>3</sup> Teresa Ferreira Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa*, Edições Afrontamento, 2009.

<sup>4</sup> Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governanças. Identidades e perfis sociais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. I, 2012, p. 91-121.

prática testamentária registada e tentaremos perceber o impacto da legislação pombalina.

### **A mortalidade**

O tema da demografia é complexo de abordar, neste período, devido à falta de estudos de âmbito nacional. Apesar de condicionado por esta razão, José Vicente Serrão concluiu que o século XVIII português inscreveu duas tendências demográficas distintas. A partir da década de trinta em diante, a população portuguesa terá crescido ainda que registando um ritmo lento. Na segunda metade da centúria, Portugal terá acompanhado o crescimento populacional europeu numa posição intermédia, superior ao da Alemanha, Espanha, Itália e Holanda<sup>5</sup>. Em 1732 contar-se-iam 2 milhões de almas lusas. Em 1758, a população já estaria estabilizada em 2,5 milhões de pessoas, tendo alcançado, em 1780, os 3 milhões<sup>6</sup>.

Não se verificaram alterações relevantes no sistema demográfico pois os modelos de fecundidade, nupcialidade e mortalidade mantiveram-se. Em toda a Europa ocidental, o casamento era tardio, com exceção nos estratos mais elevados da sociedade, reduzindo o período de fecundidade da mulher no matrimónio<sup>7</sup>.

A mortalidade era elevada, marcada por um ciclo de vida curto e instável, de uma esperança média de vida que se situaria entre os vinte e cinco e os trinta anos. Surtos epidémicos flagelavam as populações, dando origem a anos em que se verificaram crises de mortalidade. Esta realidade regrediu na Europa, mas não nas Penínsulas Ibérica e Itálica. Habitualmente, as crianças e os jovens eram os mais afetados, justificando uma esperança de vida baixa à nascença e nos primeiros anos de vida<sup>8</sup>.

---

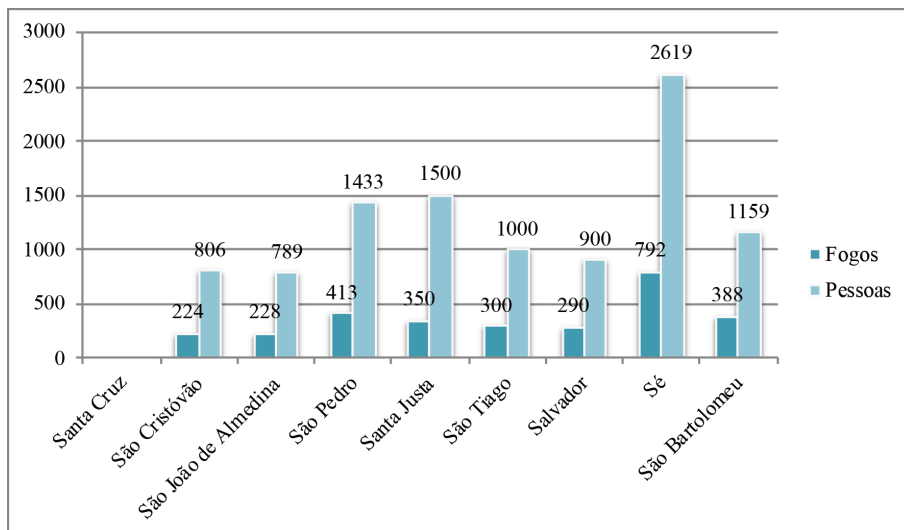
<sup>5</sup> José Vicente Serrão, “O Quadro Humano” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV; Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 43-47.

<sup>6</sup> Kenneth Maxwell, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2.<sup>a</sup> ed., 2004, p. 54-55.

<sup>7</sup> Idade média do primeiro casamento para as mulheres era superior a 25 anos e para o homem era de 27 anos. François Lebrun, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, 1980, p. 38-40.

<sup>8</sup> Maria João Guardado Moreira, “O Século XVIII” in Teresa Rodrigues, *História da População...*, cit., p. 249. Cf. Lebrun, *A vida conjugal...*, cit., p. 132-133.

Gráfico 1 – Distribuição da População pelas freguesias da cidade, por fogos e pessoas, em números absolutos (1758).



Fonte: Arquivo Nacional do Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Dicionário Geográfico de Portugal, Tomo 11, n.º 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, p. 2371-2400.

Coimbra era, em 1758, uma das cidades mais importantes de Portugal. Dão-nos bem conta deste facto as Memórias Paroquiais desse ano. A cidade organizava-se em nove freguesias<sup>9</sup>, a saber: São João de Santa Cruz, São Cristóvão, São João de Almedina, São Pedro, Santa Justa, São Tiago, Salvador, Sé e São Bartolomeu. Juntas, com exceção da freguesia de São João de Santa Cruz<sup>10</sup>, por não existirem dados referentes ao ano mencionado, estas freguesias somavam um total de 2 985 fogos e de 10 206 habitantes. A Sé era a freguesia mais populosa, enquanto São João de Almedina registava o

<sup>9</sup> No século XVIII, não havia qualquer distinção entre as palavras freguesia e paróquia, significando ambas o mesmo. No entanto, o termo paróquia não era utilizado pelos párcos, mas sim o de freguesia.

<sup>10</sup> Esta freguesia não está incluída na contagem de 1758 por fazer parte do isento do mosteiro de Santa Cruz. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. 1, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 746. Cf. Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governanças...*, vol. I, cit., p. 55-56.

menor número de residentes<sup>11</sup>. Em 1756, o inquérito ordenado aos párocos por D. Miguel de Anunciação, bispo de Coimbra, e que incluía a paróquia de Santa Cruz, dava conta da existência de 13 500 habitantes em Coimbra. Se aplicarmos à contagem da Memória paroquial de 1758 os valores hipotéticos de paroquianos atribuídos à paróquia de Santa Cruz, por Armando Carneiro da Silva (cerca de 2 000 habitantes<sup>12</sup>), os valores não alteram muito relativamente à referida contagem de 1756<sup>13</sup>.

Nesta cidade, a mortalidade subiu ao longo de todo o período do reinado de D. José, tendo-se verificado um pico de mortalidade no ano de 1770, com 479 óbitos registados, face aos 346 apurados em 1765 e 412 em 1775. Confirmou-se uma estagnação não significativa entre 1755 e 1760, com 328 e 324 óbitos respetivamente. A taxa de mortalidade infantojuvenil também aumentou, principalmente a partir de 1760 – ano em que se encontrava em 191‰<sup>14</sup> –, tendo registado uma quebra significativa em 1770 (185‰) face a 1765 (309‰), mas disparando para os 546‰ do total de óbitos, em 1775. Nos anos de 1750 e 1755 a mortalidade infantil situou-se entre os 152‰ e os 149‰. Parece-nos que entre os anos de 1750 e 1760, a mortalidade infantil foi muito baixa, pelo que suspeitamos que poderá haver alguma omissão das fontes relativamente à morte dessas crianças. Outra dificuldade e insuficiência nesta questão deriva do facto de quando os párocos utilizam os termos “criança”, “menor” ou “anjinho” e não indicam as idades dos defuntos, não sabemos a que faixa etária da população pertencem. Recordamos que, na idade moderna, denominavam-se anjinhos as crianças de idades inferiores a sete anos, nas prerrogativas eclesiásticas, por se considerar que estas não pecavam até então. Juridicamente, considerava-se menor todo o indivíduo com idade inferior aos vinte e cinco anos<sup>15</sup>. A mortalidade infantil na Europa situava-se, maioritariamente, em taxas entre 180‰ e 260‰<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> José Viriato Capela, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*:..., cit, p. 719. Cf. Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 11, n.º 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, p. 2371-2400.

<sup>12</sup> Armando Carneiro da Silva, “Evolução da população coimbrã”, *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIII, Coimbra, 1968, p. 223.

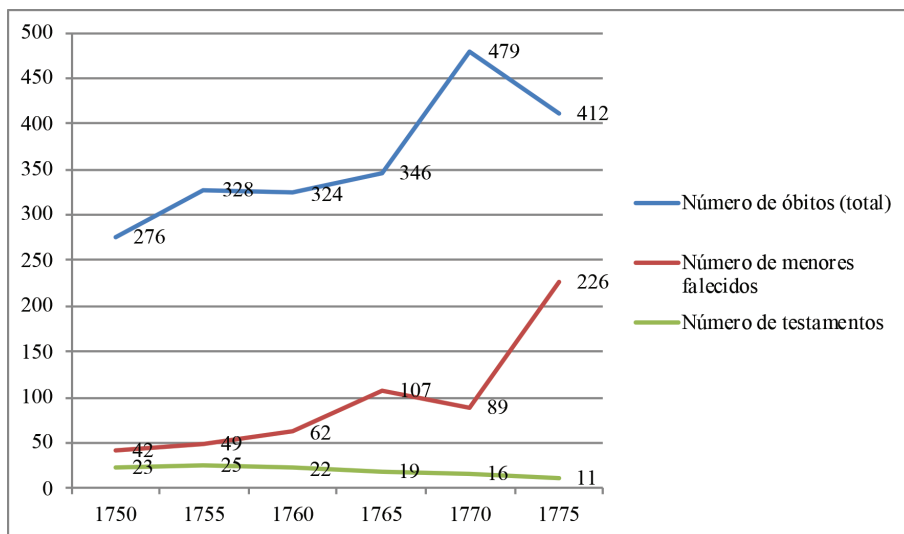
<sup>13</sup> Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governanças*..., vol. 1, p. 55-56.

<sup>14</sup> Percentagens calculadas a partir dos totais de óbitos dos referidos anos.

<sup>15</sup> D. Rafael Bluteau, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1 t., 1789, p. 73.

<sup>16</sup> Maria João Moreira, “O Século XVIII”, cit., p. 268.

Gráfico 2 – Evolução anual de óbitos, óbitos de menores e número de testamentos, em números absolutos.



Fonte: AUC, livros de registo de óbitos das nove freguesias da cidade.

A mortalidade era ciclicamente mais expressiva em dois momentos do ano: um invernal e um estival. Todos os anos se morria das mesmas causas, nos mesmos meses e os mesmos grupos etários e sociais. No inverno a morte era provocada pelo frio, escassez de alimentos, dando origem a infeções de tipo bronco-pulmonar nos indivíduos de idade, mal agasalhados e mal nutridos. Na época estival, sobretudo entre julho e setembro, atingindo o seu auge em agosto, testemunhava-se aquilo a que alguns designaram por *massacre dos inocentes*. As vítimas, como sugere o nome, eram maioritariamente crianças. À enfermidade juntavam-se os preços especulativos e a escassez de produtos básicos, tornando inevitável o aumento da mortalidade em todas as idades. As doenças de pele eram frequentes (furúnculos, sarna e outras), embora não fossem necessariamente mortais. O mês de junho era habitualmente o que registava menos mortes<sup>17</sup>. Portugal viveu dois anos de crise de mortalidade geral que se inserem no período da amostra: 1753 e 1762 (febre tifoide)<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Maria João Moreira, “O Século XVIII”, cit., p. 269.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 273-275.



Em Coimbra, confirma-se a alta mortalidade no outono e inverno, normalmente de outubro a fevereiro; e na primavera e verão havia dois picos: um em maio e outro em julho. O que significa que para Coimbra não se comprova a realidade verificada no resto do reino. O mês de maio era, tendencialmente, de crescimento da mortalidade devido à intensificação da má nutrição causada pela escassez de recursos. Nesta altura do ano já não havia cereais da colheita anterior nem havia ainda da nova. O mês com menos mortes era março, e o pico do massacre anual dos inocentes não se verificava em agosto, sendo este um mês de quebra de mortalidade, verificado todos os anos, exceto em 1770. O único ano que contraria este ciclo é o de 1775 em que se verificou baixa mortalidade no inverno e uma mortalidade muito elevada nos meses de maio, junho e julho. Em Coimbra, parece que o ciclo padrão anual de mortalidade é antecipado em todos os meses, pelo que tal se poderá relacionar com as condições climáticas da região e escassez de produtos. O ano de 1775 revelou-se totalmente atípico! A baixa mortalidade no inverno pode traduzir que esta estação foi excepcionalmente mais temperada. Quanto ao pico de mortalidade exorbitante no verão, apontamos como situação mais provável uma epidemia deflagrada à escala local ou regional.

### **A distinção na vida e na morte**

A sociedade de Antigo Regime regeu-se por um sistema complexo de organização social e política. Subjugada a uma visão corporativa, toda a estrutura social remetia para uma ordem universal, imutável, pretendida por Deus, vivida e representada por corpos sociais. A ordem universal compunha-se pela união perfeita entre a realidade natural e sobrenatural das pessoas e das coisas. Todos caminhavam para um só fim: a salvação prometida e contemplada nos textos bíblicos e pregada pela Igreja. O Deus criador e redentor era um só<sup>19</sup>.

Neste contexto, a Igreja e as instituições de caridade ganhavam grande poder junto das populações, pois eram o baluarte e o garante do alcance da salvação e da tão desejada vida eterna. Podemos afirmar que Deus era a herança do homem e da mulher modernos, como se clamava nos salmos do Antigo Testamento<sup>20</sup>.

Neste período, foi determinante o papel dos párocos que Trento tratou de moldar como pastores exemplares das comunidades locais. O clero passara a

---

<sup>19</sup> António Hespanha e Ângela Xavier, “A Representação da Sociedade e do Poder” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1998, cit., p. 114-115.

<sup>20</sup> Sl 16, 5.

ser visto como guardião das almas e pai orientador dos leigos, distinguindo-se destes pelo seu comportamento, formação e trajas envergados<sup>21</sup>.

Ao pároco conduziam-se as crianças recém-nascidas. Diante do pároco constituíam-se novas famílias, pela via matrimonial. Era o pároco o responsável por acompanhar os homens e mulheres nos últimos momentos das suas vidas e de lhes dar sepultura. Por fim, controlava os comportamentos pela administração dos sacramentos, na qual a confissão tinha um papel decisivo. A comunhão era também um sacramento indispensável à boa conduta cristã, bem como os demais sacramentos que deveriam ser procurados regularmente por todos os paroquianos. Destacamos, ainda, as visitas pastorais como um fator preponderante na vida quotidiana das populações, bem como o Tribunal do Santo Ofício, apesar destes não estarem sob tutela dos párocos<sup>22</sup>.

Não havia uma norma estipulada para a formulação dos registos de óbito, pelo que os párocos assentavam aquilo que achavam mais importante. Era imprescindível apenas o nome do defunto, a data do seu falecimento e a informação acerca da administração dos últimos sacramentos<sup>23</sup>. Observamos que os registos dos defuntos contêm sempre o nome de um parente próximo. Para o caso de ser casado ou viúvo, o nome do cônjuge vinha sempre referenciado. No caso dos solteiros, particularmente as crianças, o pároco optava por registar o nome dos pais dos falecidos.

Na nossa amostra temos de ressaltar que detetámos registos de óbito repetidos. Quando os paroquianos eram inumados na igreja doutra freguesia, os registos eram duplicados, isto é, assentava registo o pároco do defunto e o pároco da freguesia que recebia o corpo. Mas esta situação é totalmente atípica. Dos 35 *intercâmbios de defuntos* de uma paróquia para outra, apenas 11 registos foram duplicados. Situação que exigiu redobrada atenção na aferição destes casos concretos.

A população reconhecia a importância da administração dos sacramentos na hora da morte, pelo que não havia necessidade de o clero fazer men-

---

<sup>21</sup> José Pedro Paiva, “A receção e aplicação do concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspetivas” in António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa, José Pedro Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 17. Cf. Michael Mullett, *A Contra-Reforma*, Lisboa, Gradiva, 1985, p. 26-30.

<sup>22</sup> Joaquim Ramos de Carvalho, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna” in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, p. 32-33 e 36.

<sup>23</sup> Constituíam a confissão, sagrado viático (comunhão) e extrema unção.

ção a estes<sup>24</sup>. No entanto, este aspeto não estava dependente apenas do zelo do pároco, mas sim da manifestação dos fiéis ao avisarem os seus pastores a tempo de serem ungidos<sup>25</sup>. Com efeito, sempre que o pároco conseguia administrar todos os sacramentos a um moribundo, regra geral assentava da seguinte forma: «faleceu da vida presente com todos os sacramentos»<sup>26</sup>. Note-se bem a expressão «vida presente» que exprime a profunda crença numa vida posterior à morte, defendida pela doutrina católica. Os sacramentos eram administrados em casa do moribundo, aonde o pároco se dirigia.

No entanto, nem sempre o pároco conseguia administrar todos os sacramentos, ainda que chegasse antes do óbito. No dia 27 de fevereiro de 1760, faleceu Francisca da Rainha Santa «com o sacramento da santa união tam somente porque andando de pe ficou sem falla té morrer»<sup>27</sup>. Acidentes e motivos de doença são as justificações mais usuais dadas pelos párocos para fundamentarem a não administração de todos os sacramentos.

Mas existiam, também, casos em que o pároco não chegava a tempo. No dia 14 de setembro de 1765, na freguesia de Salvador, João Francisco «falleceu sem sacramentos por não chamarem a tempo»<sup>28</sup>. Esta situação explicava, em alguns casos, o facto de se morrer sem sacramentos, bem como quando o óbito ocorria de noite, estando a pessoa sozinha, ou quando o paroquiano era encontrado morto. No dia 26 de junho de 1755, na freguesia de São Bartolomeu, faleceu Maria de Jesus, solteira e «naó recebeo os sacramentos por a acharem morta com humas facadas»<sup>29</sup>. No dia 4 de dezembro de 1760, Ana do Espírito Santo, da freguesia da Sé, não recebeu os sacramentos «por se achar morta pela manhã no meio da Ponte de Santa Clara»<sup>30</sup>.

Situação singular ocorreu na freguesia da Sé, no dia 30 de janeiro de 1760, quando Domingos Duarte «reputando-se em seu juízo perfeito se não

---

<sup>24</sup> François Lebrun, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual” in Philippe Ariès e Georges Duby (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. III, Porto, Círculo de Leitores, 1990, p. 87.

<sup>25</sup> José Pedro Paiva, “A receção e aplicação do concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspetivas”, cit., p. 69.

<sup>26</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), Paróquia de Santa Cruz, Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1707-1795), p. 26.

<sup>27</sup> AUC, Paróquia da Sé Nova, Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1746-1774), p. 61.

<sup>28</sup> AUC, Paróquia de São Salvador, Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1719-1854), p. 94.

<sup>29</sup> AUC, Paróquia de São Bartolomeu, Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1708-1774), p. 181.

<sup>30</sup> AUC, Paróquia da Sé Nova, Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1746-1774), cit., p. 69.

quis confessar»<sup>31</sup>. O cura André de Sousa decidiu não lhe administrar os sacramentos.

Finalmente, os párocos omitiam a administração de sacramentos nos registos de óbito das crianças menores de sete anos, por se entender que estavam dispensadas de tal prerrogativa. Verificou-se uma exceção na atuação do pároco de Salvador, o Prior João de Aguiar, que não fez referência alguma aos sacramentos nos seus assentos dos anos de 1755 e 1760. O ano de 1775 foi o único em que o número de registos sem referência à administração de sacramentos (53%) superou o número de registos daqueles que tinham recebido todos os sacramentos (38%). Relembramos que este foi o ano em que a taxa de mortalidade infantil foi muito alta. Em todos os anos, o número dos que não receberam sacramento algum foi o menos expressivo, facto que traduz o esforço dos párocos na prática e administração de sacramentos, bem como na firme crença da sua importância para a salvação das almas.

Quanto à política de inumações, é notória a preferência pelo sepultamento dos paroquianos no solo da sua igreja paroquial. Este comportamento era comungado por párocos e paroquianos. Pelo lado dos párocos porque cobravam mais dinheiro a quem fosse enterrado fora da sua igreja paroquial, havendo exceções em que o pároco escrevia no registo que não cobraria nada. Do lado dos paroquianos, porque os mais ricos e os que testavam preferiam a sua igreja paroquial como sua última morada terrestre. Um estudo recente concluiu que também os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Coimbra, falecidos entre 1707 e 1785, preferiram as igrejas paroquiais como sua última morada terrestre<sup>32</sup>.

No adro, regra geral, ficavam inumados os mendigos, presos e, por vezes, pobres e crianças. Nos cruzeiros das igrejas tinham lugar as pessoas mais importantes e com mais posses<sup>33</sup>. Maria Josefa, viúva, da freguesia de São Cristóvão, falecida no dia 17 de maio de 1755, foi enterrada no cruzeiro de cima da igreja paroquial. Tinha feito testamento e foi a única a beneficiar de tal privilégio nesse ano<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> AUC, Paróquia da Sé Nova, Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1746-1774), cit., p. 66.

<sup>32</sup> Ana Margarida Dias da Silva, “Beati mortui qui in Domino moriuntur: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16 (2016), p. 233-235.

<sup>33</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”. *Comunicação e Cultura*, 10 (2010), p. 106.

<sup>34</sup> AUC, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1732-1796), p. 59.

Quem testava conseguia com mais facilidade ser enterrado fora da Igreja paroquial, no caso de assim o ter manifestado. O chão das igrejas da cidade era disputado por todos, correspondendo o lugar que conseguiam à ordem social a que pertenciam. Quanto mais importantes, mais perto do altar-mor, numa gradação que descia até à porta do templo. As elites da cidade não escolhiam, como última morada, igrejas fora da malha urbana.

O local de inumação correspondia, desta forma, ao estrato que se ocupava no reino dos vivos. Quem tinha possibilidade de escolher requeria lugares onde se acreditava ter maior benefício espiritual, isto é, perto do altar-mor e das imagens dos santos. Estes locais traduziam um acréscimo de esperança na salvação<sup>35</sup>.

O estudo alargado que fizemos no espaço cronológico e toponímico permitiu-nos aferir três princípios orientadores desta política levada a cabo pelos párocos. Primeiro fator a considerar era a dimensão da freguesia, sendo notável a maior dispersão de locais de enterramento nas mais populosas. É o caso da maior freguesia em número de habitantes – a Sé – onde a taxa de ocupação do solo paroquial oscilou entre os 35%, em 1760, e os 51%, em 1775. Quando assim acontecia, as casas religiosas eram os locais escolhidos. Nas freguesias mais pequenas, como era o caso de São Cristóvão, São João de Almedina e Salvador, as inumações eram todas realizadas nas suas igrejas paroquiais, deslocando para casas religiosas apenas os paroquianos que assim o expressavam em vida através do testamento, ou de mera manifestação de vontade a que o pároco, consoante a sua flexibilidade, poderia aceder ou não. Este era o segundo fator, ou seja, a consideração da última vontade dos paroquianos. O último fator a ter em conta era a administração que o próprio clero levava a cabo em cada paróquia.

Embora raramente, nem sempre os párocos referiam o local de inumação das crianças na sua freguesia. A notícia da morte de uma criança era recebida em festa, anunciada pelos sinos a repicar. A justificação deste comportamento compreende-se por se considerar que as crianças, até aos sete anos, não sabiam distinguir o bem do mal. Logo não pecavam. Uma vez que não pecavam, significa que entravam imediatamente no céu, tornando-se “anjos”. Alguns párocos usam mesmo este termo para identificar, nos registos, o fale-

---

<sup>35</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”, cit., p. 106.

cimento de uma criança na sua freguesia. Mas para que isto acontecesse desta forma era necessário que estas crianças fossem batizadas<sup>36</sup>.

O facto de não serem batizados alterava completamente o comportamento da comunidade. O batismo era essencial para alcançar a salvação e, por isso, muitas parteiras batizavam as crianças quando pressentiam que estas não resistiriam muitas horas após o parto. Quando os recém-nascidos pereciam sem batismo, não só lhes era vedada a entrada no céu como não eram sepultados em solo sagrado sob a proteção dos santos. Estas crianças eram enterradas na habitação dos pais e, no meio rural, eram, com frequência, enterradas debaixo da porta do forno. Acreditava-se que o forno lhes daria luz, uma vez que no limbo estavam condenadas à escuridão. Por vezes, o quintal da casa também servia como espaço de inumação para estas crianças. Apenas as mães das crianças não batizadas podiam manifestar sentimentos emocionais justificadamente. Os pais das crianças batizadas tinham um “anjo” no céu<sup>37</sup>.

A referência aos enterramentos noturnos só aparece em 1770. Neste ano, há registo de dois enterros deste tipo, ambos realizados a crianças. Em 1775, o número eleva-se para os oito, tendo sete ocorrido para inumar crianças. As autoridades eclesiásticas não aprovavam este tipo de rituais depois do sol posto, no entanto não o impediam<sup>38</sup>. Todos os enterramentos noturnos ocorreram na freguesia da Sé e, em todos o pároco registou que a ação havia sido aprovada por despacho do provisor da diocese ou mesmo do próprio bispo.

Não deixa de ser curioso que a maioria esmagadora de enterramentos noturnos se tenha feito a crianças, quando em Lisboa eram as elites que mais recorriam a estas manifestações que eram sempre raras e particularmente aparatosas<sup>39</sup>.

O mesmo se pode afirmar quando nos deparamos com a referência à utilização de caixões<sup>40</sup>. Só a partir de meados da centúria é que as elites começaram a aderir a esta prática. Já os estratos mais baixos continuaram a recorrer à tumba da Misericórdia, até ao século XIX. Em Coimbra, o uso dos caixões foi residual, verificando-se um aumento exponencial a partir de 1765. É importante frisar que foram as crianças, mais uma vez, que mais foram inumadas em

---

<sup>36</sup> Francisca Pires de Almeida, “Felizes os que morrem «anjinhos»: batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII)”, *Erasmus, Revista de História bajomedieval y moderna*, 2 (2015), p. 44-49.

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, p. 51-52.

<sup>38</sup> Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 232.

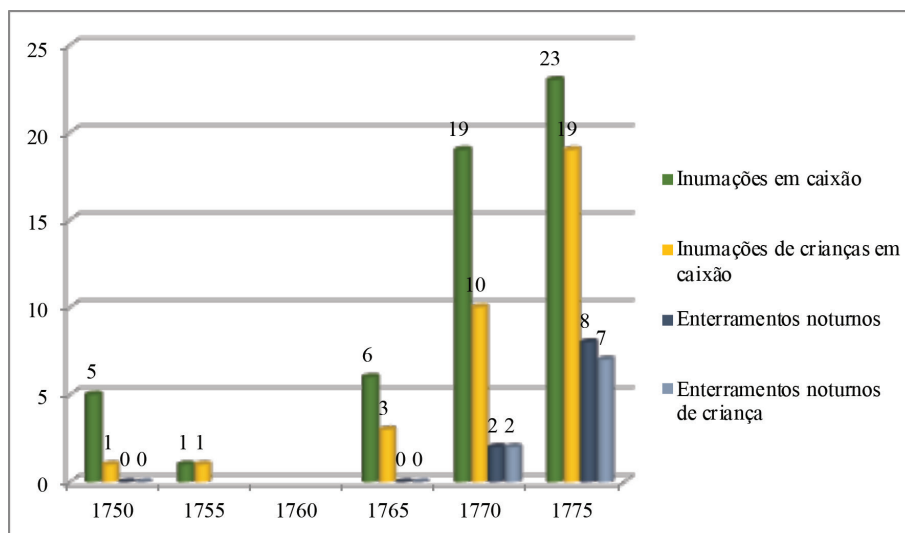
<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 233. Consultar o gráfico 3.

<sup>40</sup> Consultar gráfico 3.

caixões a partir desta data. Evidentemente, não ignoramos que estes menores eram descendentes de pessoas abastadas<sup>41</sup>.

Em caixão ou na tumba, os cadáveres eram transportados até ao local da inumação de forma descoberta, mantendo-se à vista de todos. A exposição do corpo morto fazia parte duma ostentação necessária e querida pela mentalidade barroca<sup>42</sup>.

Gráfico 3 – Inumações em caixões e enterramentos noturnos, em números absolutos.



Fonte: AUC, livros de registo de óbitos das nove freguesias da cidade.

### As instituições da cidade e a morte

Numa sociedade onde a morte assumia um papel central no quotidiano das populações, como era o caso de Portugal, as instituições eclesiásticas e de caridade assumiram relevância singular. Coimbra contava, no reinado de D. José, com quatro casas religiosas masculinas e quatro femininas, vinte colégios pertencentes a ordens religiosas regulares, seculares e ordens militares, bem como uma Misericórdia e uma Ordem Terceira de São Francisco.

<sup>41</sup> Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, cit., p. 233.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p. 233.

Para além destas instituições afirmavam-se as irmandades. Segundo a memória paroquial de 1758, eram dezoito e tinham sede nas igrejas sede de freguesia da cidade<sup>43</sup>. As irmandades garantiam a assistência aos seus irmãos *post mortem*, bem como vários benefícios espirituais. A adesão a estes organismos minimizava o temor pela morte, tornando-as atrativas<sup>44</sup>.

A capela de Nossa Senhora da Piedade, em Celas, não era sede paroquial, no entanto, albergava duas irmandades. Esta tinha forte importância no burgo de Celas, pertencente à freguesia da Sé. Detinha um sacrário para «administrar o sagrado viático aos enfermos do dito suburbio»<sup>45</sup>. Fora das igrejas das freguesias, esta capela foi a que serviu de última morada para mais defuntos (89 ao todo), ultrapassando outras capelas, conventos e colégios da cidade.

Só o Convento de São Francisco da Ponte, situado na margem sul do rio, no burgo de Santa Clara, se aproximou deste número, tendo acolhido 74 defuntos. Significa isto que estes dois espaços, situados nos burgos próximos da cidade, tinham um papel decisivo na assistência à morte das populações da periferia. Em Celas, a freguesia da Sé contava ainda com a colaboração do Mosteiro de Celas para dar sepultura aos que ali morriam. Por fim, também a capela de São Sebastião das Torres e o Colégio de São José dos Marianos tinham um papel relevante na política de inumações nos subúrbios da cidade.

No dia 29 de novembro de 1760, o pároco da Sé, o cura José Gomes Ribeiro relatou problemas na transladação do corpo de João Fernandes, morador do burgo de Celas, «que por impedimento não veio interrar na sua Igreja da Se por nam quererem vir os Irmãos da Misericórdia em busca do corpo ao arco do castelo donde estava na tumba da Irmandade de S. Sebastiam e Senhora da Piedade de Selas e por não poder esperar para o outro dia se foi sepultar onde fica»<sup>46</sup>.

A Misericórdia não transportava os defuntos para lá dos limites urbanos<sup>47</sup>. Eram as irmandades que tinham de assegurar esse transporte até às portas da cidade e entregar o corpo à Misericórdia. A indisponibilidade da Misericórdia,

---

<sup>43</sup> Todas as igrejas paroquiais da cidade tinham Irmandades do Santíssimo Sacramento. Arquivo Nacional do Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Dicionário Geográfico de Portugal, Tomo 11, n.º 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, cit.

<sup>44</sup> Ana Margarida Dias da Silva, «Beati mortui qui in Domino moriuntur: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)», cit., p. 218.

<sup>45</sup> Arquivo Nacional do Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Dicionário Geográfico de Portugal, Tomo 11, n.º 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, cit., p. 2377.

<sup>46</sup> AUC, Paróquia da Sé Nova – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1708-1774), cit., p. 69.

<sup>47</sup> Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, vol. 2, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 119.



neste dia, fez com que o cadáver de João Fernandes fosse inumado na igreja do Mosteiro de Celas.

Na malha urbana, já referimos que a preferência de inumação recaía nas igrejas das freguesias e imediações destes espaços, isto é, adros e claustros. Ressalvamos que os párocos de São Tiago referem inumações no claustro da igreja, onde enterravam alguns defuntos que haviam perecido no Hospital Real. Ora acontece que não há registo da existência de claustro algum na igreja de São Tiago, pelo que acreditamos que os párocos se referiam ao claustro do Hospital Real<sup>48</sup>.

Na igreja do convento de São Domingos encontravam-se algumas sepulturas de irmandades, como era o caso das do Senhor Jesus e de Nossa Senhora do Rosário. Tal fator contribuiu para alguma afluência de enterramentos neste local. Na chamada rua de Santa Sofia<sup>49</sup> abriam as portas a enterramentos o colégio de São Pedro dos Terceiros e o colégio do Carmo, principalmente.

Os colégios que se situavam fora da baixa da cidade, e principalmente, os da alta, acolhiam as elites, enquanto a capela do seminário recebia os cônegos da Sé. O colégio de Santa Rita recebeu apenas um defunto no dia 17 de abril de 1775. Tratava-se de D. Ana Maria Joaquina, da freguesia de São Cristóvão. Era casada com o Dr. Álvaro Antunes das Neves, Lente Jubilado na cadeira de prima em Medicina<sup>50</sup>. Situação semelhante verificou-se no colégio da Santíssima Trindade que acolheu unicamente Manuel Mendes de Sousa Carvalheiros, Professo da Ordem de Cristo, falecido no dia 10 de maio de 1765, onde tinha a sua capela<sup>51</sup>. O colégio de São Boaventura do Bairro Alto, acolheu somente dois defuntos em 1775: Maria Teresa do Nascimento, da freguesia de Santa Justa, no dia 5 de dezembro de 1775, casada com Feliciano Figueiredo que exercia um cargo no Santo Ofício<sup>52</sup>; e José, menor da freguesia de São Pedro, falecido no dia 15 de dezembro de 1775<sup>53</sup>. Para os casos dos colégios de Santo António da Estrela e Santo António da Pedreira elaborámos um gráfico com dados relevantes que nos ajudam a perceber a proveniência social dos defuntos lá inumados. Em ambos os colégios, metade dos inumados eram pessoas com posses, nobres e clérigos. Em Santo António da Pedreira,

---

<sup>48</sup> Virgílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

<sup>49</sup> Hoje, rua da Sofia.

<sup>50</sup> AUC, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1732-1796), p. 97.

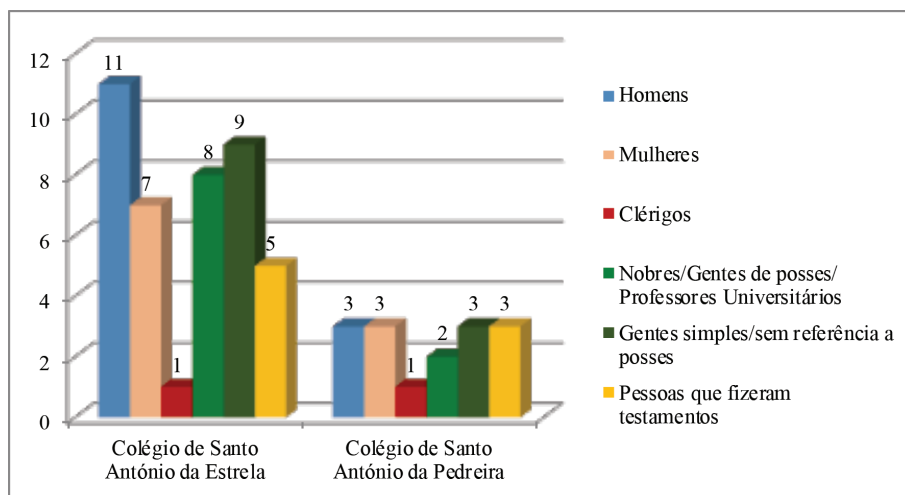
<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>52</sup> AUC, Paróquia de Santa Justa – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1723-1794), p. 211.

<sup>53</sup> Era filho do Dr. João Coelho da Fonseca. AUC, Paróquia de São Pedro – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1757-1808), p. 91.

metade dos defuntos havia feito testamento, já no outro colégio apenas 27,7% o fizeram<sup>54</sup>.

Gráfico 4 – Inumações nos Colégios de Santo António da Estrela e de Santo António da Pedreira: distribuição por género e proveniência social dos defuntos, em números absolutos.



Fonte: AUC, livros de registo de óbitos das nove freguesias da cidade.

Os registos são, geralmente, omissos quanto ao papel das irmandades nos funerais, apesar de ser conhecida a sua participação ativa nestes momentos. Já a Misericórdia é referida apenas pelo pároco de Santa Justa, no ano de 1755. Segundo o Prior Manuel dos Reis Leitão, nesse ano, os enterramentos feitos por esta instituição foram seis num total de cinquenta e quatro registados. Todos eles tiveram lugar no adro da Igreja de Santa Justa, o que expressa a assistência preferencial da Misericórdia aos mais desfavorecidos da cidade<sup>55</sup>.

As Misericórdias prestavam uma ampla assistência à morte, tanto material como espiritual, para além de terem poder para mandar celebrar missas pelos defuntos, através da contratação de sacerdotes para o efeito. Asseguravam

<sup>54</sup> Consultar o quadro 1 e o gráfico 4.

<sup>55</sup> AUC, Paróquia de Santa Justa – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1723-1794), cit. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social...*, vol. 2, cit., p. 119-131.

também, gratuitamente, os funerais de elementos de famílias pobres. Algumas Misericórdias chamavam-lhes «enterros por amor de Deus». Segundo Maria Antónia Lopes, as Misericórdias tornaram-se «agências funerárias» com o monopólio desta ação, desde 1593. Facto que lhes permitiu canalizar os rendimentos dos funerais de espetáculo barroco e sumptuosidade dos ricos para custear os enterramentos dos irmãos e suas famílias e dos pobres<sup>56</sup>.

A Misericórdia de Coimbra teria na sua posse duas tumbas. Uma destinava-se aos irmãos e respetivos cônjuges, bem como àqueles que a solicitassem, consoante autorização e pagamento devidos. A outra tumba era usada nos enterros comuns. Maria Antónia Lopes aferiu que a Irmandade estava presente nos funerais dos Irmãos, e nos funerais ordinários (quer os pagos quer os gratuitos, no caso dos pobres) integravam onze Irmãos que se distribuíam neste serviço por turnos mensais: quatro para transportar a tumba, quatro para as tochas, dois para os brandões e um de condição nobre para a bandeira. Era, ainda, obrigatória a presença do escrivão ou do seu substituto e do mordomo do mês<sup>57</sup>.

Os pobres, sem relevância social, eram vistos como seres acarinhados por Deus. Desta forma, tornavam-se úteis aos olhos dos ricos, na hora da sua morte. Esta relação levava à convergência de interesses dos dois lados. Os pobres rezavam pelos ricos para que estes alcançassem a remissão dos seus pecados e a purificação das suas almas, abreviando a sua permanência no Purgatório<sup>58</sup>. Pela esmola dos ricos, os pobres sobreviviam às exigências do mundo dos vivos. A esmola era encarada pelos ricos como uma forma de alcançar inúmeros benefícios espirituais. A esmola libertava e redimia. Esta dinâmica inseria-se numa economia de salvação que envolvia toda a comunidade cristã, congregando mortos e vivos em torno de uma causa comum<sup>59</sup>.

Concluimos este capítulo fazendo referência à morte nos hospitais, recolhimentos e prisões da cidade. À época, Coimbra tinha três hospitais: Hospital

---

<sup>56</sup> Maria Antónia Lopes, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, p. 58.

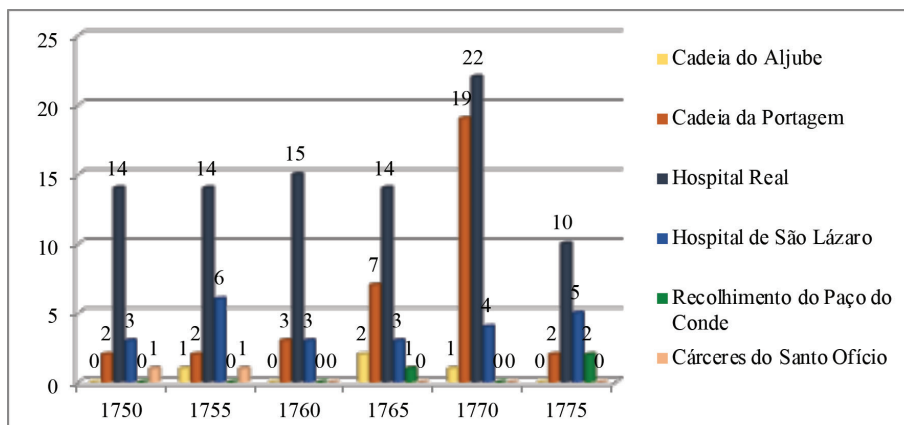
<sup>57</sup> Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social...*, Vol. 2, cit., p. 119.

<sup>58</sup> Maria Antónia Lopes, “Os pobres, os ricos e a caridade na literatura religiosa portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX”, *Erasmus, Revista de História bajomedieval y moderna*, 3 (2016), p. 83-87.

<sup>59</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”, cit., p. 107-108. Cf. Maria Antónia Lopes, “Os pobres, os ricos e a caridade na literatura religiosa portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX”, cit., p. 83-87.

Real, Hospital da Convalescença<sup>60</sup> e Hospital de São Lázaro. O último assistia enfermos com lepra e outras doenças dermatológicas. O número de enfermos que faleceram nos três hospitais foi muito reduzido, tendo oscilado entre os 6,2%, em 1750, e os 3,6%, em 1775, facto que contraria o comportamento atual da nossa sociedade<sup>61</sup>. Nos dois recolhimentos de Coimbra, o Recolhimento do Paço do Conde e o Recolhimento das Orfãs<sup>62</sup>, apenas se registaram três óbitos, no total da amostra. Todos eles ocorreram no recolhimento da Paço do Conde, em 1765 e 1775.

Gráfico 5 – Mortes nas cadeias, recolhimento e hospitais da cidade, em números absolutos.



Fonte: AUC, livros de registo de óbitos das nove freguesias da cidade.

As cadeias eram cinco: a cadeia da Portagem, dois aljubes (um pertencente ao Bispo e outro ao mosteiro de Santa Cruz), os cárceres do tribunal do Santo Ofício e a cadeia da Universidade<sup>63</sup>. No aljube a mortalidade era irrelevante,

<sup>60</sup> O Hospital Real e o Hospital da Convalescença funcionaram inicialmente no mesmo edifício.

<sup>61</sup> Walter Osswald, *Sobre a Morte e o Morrer*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, p. 23.

<sup>62</sup> O primeiro estava sob alçada episcopal, enquanto o segundo era tutelado pela Misericórdia. Maria Antónia Lopes, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, cit., p. 100.

<sup>63</sup> Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social...*, vol. 1, cit., p. 524.

tendo chegado a ser nula nos anos de 1750, 1760 e 1775. Situação semelhante confirmou-se nos cárceres do Santo Ofício. Na cadeia da Portagem, apesar de se terem registado mortes em todos os anos da amostra, também não se revelou significativa. A percentagem de falecimentos neste local oscilou entre os 0,5% em 1775 e os 4,0%, em 1770, ano em que houve um pequeno pico de mortalidade que se concentrou nos primeiros dois meses desse ano<sup>64</sup>.

### **A prática testamentária**

A redação das últimas vontades era, na época moderna, um dos procedimentos mais relevantes nas atitudes tomadas perante a morte. No entanto, não era uma prática generalizada, estando reservada, essencialmente, àqueles que tinham posses. Filipa Pais, viúva de João Ferreira, falecida a 10 de setembro de 1750, na freguesia de São Cristóvão, «não fes testamento por ser pobre»<sup>65</sup>. Esta forma de justificar a não elaboração da redação das últimas vontades foi assim mencionada por alguns párocos.

A referência ao ato de testar está presente nos registos de todos os párocos. Pelos dados alcançados concluímos que, durante o reinado de D. José, a prática testamentária decresceu, paulatinamente. Em 1750, 8,3% dos defuntos haviam testado. Em 1775, já apenas 2,6% da população procedeu a este ato. Em Lisboa, em 1700, apenas 9% a 10% dos indivíduos faleciam com testamento. Em 1790, a população testamentária encontrava-se nos 8%<sup>66</sup>. Confrontando estes dados de Lisboa com os de Coimbra, constatamos que aqui a produção testamentária era mais baixa e que na capital da Província da Beira resfriou mais rapidamente do que na capital do reino.

Ressalvamos que estes dados têm origem nos registos paroquiais e não em fontes notariais, pelo que os testamentos identificados não refletem os anos em que foram redigidos, mas em que entraram em vigor, por consequência do falecimento dos testadores. Todos os párocos registaram a prática testamentária. Por vezes, deparámo-nos com a referência a algumas disposições feitas que não considerámos testamentos.

Pelo testamento, o testador dispunha de seus bens, direitos e obrigações. Mas o ato de testar estava submetido à legislação. Assim, apesar da liberdade

---

<sup>64</sup> Consultar gráfico 5.

<sup>65</sup> AUC, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1732-1796), cit., p. 49.

<sup>66</sup> Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, cit., p. 44-46.

de testar, admitida pelas Ordenações Filipinas, de 1603, o testador deparava-se com a imposição de limitações e condições para a elaboração do testamento<sup>67</sup>.

Primeiramente, é necessário referir que nem todos estavam habilitados a testar. As Ordenações não habilitavam os que sofriam de doença mental, surdez ou mudez. No entanto, os surdos e mudos, que não o fossem de nascença, podiam testar. De igual modo, estavam privados de fazer testamento «o varão menor de quatorze annos, ou a femea menor de doze»<sup>68</sup>, o herege ou apostata, o escravo, o religioso professo, o pródigo ou o condenado à morte. As Ordenações previam que os condenados «possão fazer seus testamentos, para em eles sómente tomarem suas terças, e disporem dellas, distribuindo-as em tirar pelos Captivos, casar orphãs, fazer esmollas aos Hospitales, mandar dizer Missas, e para concerto, e refazamento dos Mosteiros, e Igrejas»<sup>69</sup>. Esta exceção não era aplicável aos condenados por crimes de heresia, traição ou sodomia<sup>70</sup>.

Encontrámos, na nossa amostra, apenas um preso que morreu com testamento. Estava na cadeia da Portagem quando faleceu, no dia 5 de junho de 1765. João Vaz nomeou a sua irmã, Maria de Abrantes, testamenteira. Foi enterrado na Igreja de São Bartolomeu<sup>71</sup> e não no adro desta igreja, como aconteceu à maioria dos presos da Portagem lá falecidos (88,6%).

Sebastião José de Carvalho e Melo não poupou esforços para regular a legislação testamentária e o direito sucessório. Com o seu ímpeto reformador, Pombal legislou impondo mais condições e contrariando a relativa liberdade do ato de testar. As leis mais importantes relativas a esta matéria foram as de 17 de agosto de 1761, 4 de fevereiro de 1765, 25 de junho de 1766, 9 de setembro de 1769, e os alvarás de 20 de agosto de 1774 e de 31 de janeiro de 1775<sup>72</sup>.

A intensa atividade legislativa referente ao ato de testar causou impacto na sociedade. Constatamos que este será um dos fatores mais relevantes que justifica o comportamento da população, neste período. Em Coimbra, o número de testadores do sexo masculino (47%) foi ligeiramente menor ao do sexo feminino (52%). Em 2% dos registos os nomes dos testadores estavam ilegíveis.

Quanto à distribuição de testamentos pelas freguesias os dados revelaram-se surpreendentes. Uma vez que associamos os testamentos à riqueza, e temos vários indicadores de que esta se concentraria nas freguesias da alta da

---

<sup>67</sup> Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, cit., p. 271-272.

<sup>68</sup> Ordenações Filipinas, liv. 4, tit. 81. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 908.

<sup>69</sup> Ordenações Filipinas, liv. 4, tit. 81. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 911.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 911. Cf. Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, cit., p. 272.

<sup>71</sup> AUC, Paróquia de São Bartolomeu – Coimbra, Livro de Registo de óbitos (1708-1774), cit., p. 212.

<sup>72</sup> Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, cit., p. 274.

cidade, não contávamos que as percentagens mais altas se verificassem nas da baixa. É certo que a percentagem mais alta da prática testamentária se verificou em São João de Almedina, freguesia da alta e a menos populosa da cidade. Outras, como a Sé e São Pedro, poderão ter sido penalizadas nesta contagem por englobarem vastas zonas periféricas e rurais. Observemos a Tabela 1 com os dados confirmadores do que afirmamos.

Tabela 1 – Percentagem de testamentos por freguesia (1750-1777).

<b>Freguesias</b>	<b>Testamentos (%)</b>
Salvador	5,1%
Santa Cruz	3,2%
Santa Justa	7,0%
São Bartolomeu	7,6%
São Cristóvão	6,2%
São João de Almedina	7,7%
São Pedro	2,7%
São Tiago	6,9%
Sé	4,1%

Fonte: AUC, livros de registo de óbitos das nove freguesias da cidade.

Quanto à inumação solicitada pelos testadores, 57% optaram por querer ficar na sua igreja paroquial, enquanto 6% escolheram a igreja de outra paróquia. Preferência pelos colégios e conventos da cidade tiveram 33% dos testadores, tendo sido o colégio de São Pedro dos Terceiros o mais escolhido (7%). Estamos a ter em conta apenas números absolutos sem atender a outros fatores como a totalidade de defuntos que acorreram a estes espaços de inumação e as suas proveniências sociais. Por isso, não podemos tirar conclusões precipitadas quanto aos locais preferidos pelas elites, entre os colégios e conventos.

## **Conclusão**

Perceber os comportamentos da sociedade perante a morte é um ato aliante e desafiador. E como as formas de ver a morte são várias, ainda que no mesmo espaço e no mesmo tempo, os indivíduos comportam-se de variadas

maneiras perante a mesma realidade. Analisar os registos de óbito transmitiu-nos certezas quanto à importância e autoridade que os párocos detinham no seio das comunidades que pastoreavam. Apesar da sua fidelidade a Trento que os uniformizava, o seu temperamento e *modus vivendi* davam-lhes algum espaço de manobra para se distinguirem uns dos outros e se afirmarem como pastores.

A sua ação nas comunidades foi fundamental para a uniformização de costumes e práticas perante a morte. A administração dos últimos sacramentos, a relação com os fiéis, a política de inumação que levavam a cabo e aquilo que mais relevavam perante a morte, contribuíram para a edificação e consolidação de tradições e costumes anteriores à existência destes. Apesar dos seus esforços, nem todos iam sacramentados para as sepulturas. Ideia interessante, como tantas outras, que necessita duma desconstrução generalista e massificada da História, que não nos permite muitas vezes transmiti-la como uma ciência humana que verdadeiramente é. Generalizar os temas, reduzir as mentalidades e os comportamentos a apenas uma forma de pensar, em cada época, desumaniza a História. O ser humano é um criador nato de ideias e de formas de estar, ser e fazer que o levam a manifestar-se perante as realidades que o envolvem de formas variadas. É inegável a importância dos sacramentos, na hora da morte. Referimo-nos tanto aos últimos sacramentos como ao batismo, no caso dos defuntos recém-nascidos.

Entre 1750 e 1777, a mortalidade aumentou, em Coimbra. Verifica-se, no entanto, uma disparidade face à morte entre as nove freguesias da cidade nos vários anos da nossa amostra. A mortalidade infantil ganhou expressão, particularmente nos últimos anos do reinado do monarca.

Foi surpreendente estudar a mortalidade ao longo deste período e perceber que os ciclos e picos de mortalidade anuais não se inserem nos moldes do resto de Portugal. Facto que nos obrigou a levantar hipóteses para fundamentar os dados com que nos deparámos. O mesmo aconteceu quanto à distribuição de testadores pelas freguesias da cidade. Apesar disto, relembramos que a maioria das pessoas com posses não testava, sendo uma prática muito restrita e absolutamente voluntária, apesar de estar devidamente regulamentada por lei, regulamentação esta que foi muito alterada durante este reinado e levou à aceleração do processo de abandono da prática testamentária.

O estudo feito à política de inumações permitiu-nos concluir que párocos e paroquianos preferiam que a sua última morada terrestre fosse no solo da sua igreja paroquial, tendo havido, também, algumas exceções. A vasta oferta de casas religiosas, quer mosteiros e conventos, quer colégios, levou à dispersão das inumações na cidade. Ainda bem que assim foi, pois muitas igrejas paro-



quais, devido à sua área, não tinham capacidade de resposta para o número de enterramentos que todos os anos se verificavam. Algumas capelas e casas religiosas dos subúrbios acabaram por desempenhar um papel fundamental neste processo, evitando a sobrelotação das igrejas paroquiais intramuros.

Enterramentos noturnos e a utilização de caixões constituíram-se práticas muito raras, apesar de terem aumentado nos últimos anos da amostra analisada. O curioso é que quer num caso quer noutra, as crianças falecidas eram as protagonistas. Esta realidade contraria o cenário vivido em Lisboa.

Misericórdias e irmandades eram imprescindíveis na assistência às populações perante a chegada constante da morte. A Misericórdia da cidade era responsável pelo transporte dos defuntos desde as suas casas até aos seus locais de inumação. Nos subúrbios, esta ação era exercida pelas irmandades. Tanto os pobres como os mais abastados beneficiavam da tumba da Misericórdia. Hospitais e cadeias eram locais onde se morria pouco. O hospital não tinha a conotação que hoje lhe é atribuída, pelo que não nos devemos admirar com a percentagem de mortes, nesta época, nos três hospitais da cidade. No entanto, perante a morte, quer pobres, quer crianças, quer presos ou mendigos, na maioria das vezes, eram inumados nos adros das igrejas paroquiais pois não tinham posses para mais ou não lhes era conferido o direito social a entrarem nos templos.

A prática testamentária revelou-se também uma surpresa, tendo ficado muito abaixo da verificada em Lisboa, e tendo decrescido ininterruptamente e com acentuação. Também foi surpresa a prática testamentária em cada freguesia, sendo de esperar que as freguesias da chamada alta da cidade tivessem maior relevância nesta matéria. Na Sé, mas particularmente em São Pedro, a área rural contígua à área urbana destas freguesias fez com que a percentagem desta prática baixasse, tendo ficado muito aquém do esperado.

## ANEXO I

Quadro 1 – Locais de sepultura, em números absolutos.

<b>Locais de inumação</b>	<b>1750</b>	<b>1755</b>	<b>1760</b>	<b>1765</b>	<b>1770</b>	<b>1775</b>	<b>TOTAL</b>
Igrejas das freguesias	201	244	260	261	377	313	<b>1656</b>
Mosteiro de Santa Clara (a-Velha)	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Mosteiro de Celas	7	4	5	15	1	1	<b>33</b>
Convento de Sant'Ana	–	–	–	–	1	–	<b>1</b>
Convento das Carmelitas	1	2	–	4	–	1	<b>8</b>
Convento de São Domingos	7	9	6	2	4	–	<b>28</b>
Convento de São Francisco da Ponte	10	12	13	10	10	19	<b>74</b>
Convento de Sto António dos Olivais	1	2	2	1	–	2	<b>8</b>
Colégio das Artes	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de São Tomás	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de N. S. da Graça	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de São Bernardo	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de Tomar	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de São Pedro dos Terceiros	5	2	5	12	8	6	<b>38</b>
Colégio do Carmo	–	2	1	3	2	3	<b>11</b>
Colégio da Sapiência	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de São Jerónimo	–	–	1	1	–	–	<b>2</b>
Colégio dos cônegos de São João	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio da Santíssima Trindade	–	–	–	1	–	–	<b>1</b>
Colégio de São Boaventura (rua da Sofia)	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de São Boaventura do Bairro Alto	–	–	–	–	–	2	<b>2</b>
Colégio de Santa Rita	–	–	–	–	–	1	<b>1</b>
Colégio de Santo António da Estrela	–	4	7	–	4	3	<b>18</b>
Colégio de Santo António da Pedreira	1	1	–	–	2	2	<b>6</b>
Colégio de São José dos Marianos	2	2	5	2	8	5	<b>24</b>
Colégio de São Bento	3	2	3	8	2	–	<b>18</b>
Colégio dos Militares	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio Pontifício de São Pedro	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Colégio de São Paulo	–	–	–	–	–	–	<b>0</b>
Capela de N. S. da Piedade	5	10	5	5	36	28	<b>89</b>
Igreja dos Terceiros de São Francisco	–	7	2	–	–	–	<b>9</b>
Capela de São Sebastião das Torres	4	1	2	3	–	1	<b>11</b>
Capela da Adémia	–	2	–	–	2	2	<b>6</b>

<b>Locais de inumação</b>	<b>1750</b>	<b>1755</b>	<b>1760</b>	<b>1765</b>	<b>1770</b>	<b>1775</b>	<b>TOTAL</b>
Capela do Bordalo	–	1	1	–	1	1	<b>4</b>
Igreja do Paço do Conde	–	–	–	1	–	1	<b>2</b>
Cemitério do Hospital de São Lázaro	1	6	2	3	5	6	<b>23</b>
Capela do Hospital de São Lázaro	–	1	–	–	–	–	<b>1</b>
Claustro do Hospital	7	1	–	–	3	7	<b>18</b>
Capela particular (quinta da Várzea)	–	–	–	–	1	–	<b>1</b>
Igreja de Condeixa	1	–	–	–	–	–	<b>1</b>
Igreja de Antanho	–	–	–	–	–	1	<b>1</b>
Igreja de Cernache	–	–	1	1	2	1	<b>5</b>
Igreja de Castelo Viegas	1	1	–	–	–	–	<b>2</b>
Igreja da Pedrulha	–	–	–	1	1	2	<b>4</b>
Não refere/Ilegível	19	12	3	12	9	4	<b>59</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>276</b>	<b>328</b>	<b>324</b>	<b>346</b>	<b>479</b>	<b>412</b>	<b>2165</b>

Fonte: AUC, livros de registo de óbitos das nove freguesias da cidade.